

fazendo

AMANHÃ

ANO I — N.º 5 — FEVEREIRO DE 1986 — Cr\$ 5.000



**Maria Luiza
e os 30 dias do PT**
Página 9

**O desafio
da luta armada**
Páginas 6 e 7

**Informática:
uma política sem reserva**
Página 8

**Privatização.
O "bye bye"
das estatais**

Páginas 5 e 6

Construir a alternativa operária e popular, inviabilizar a transição burguesa

O Governo da Nova República saiu das eleições de novembro com maiores dificuldades ainda. A derrota nas urnas dos seus principais fiadores (PMDB e PFL), disse bem da insatisfação popular. Cresceu a oposição ao Governo Sarney; cresceu o PT, a proposta de "pacto social" continua sem seduzir ninguém.

Mas o Governo Sarney não se deu por vencido. Logo depois das eleições foi à televisão e outros meios de comunicação: passou a propagandear um programa de urgência que, entre outras coisas, prometia até mesmo a distribuição de leite para as crianças. As promessas continuam como sempre: promessas.

Sobre a Constituinte foi o que se viu: Constituinte — congressual, restrições à organização dos partidos e o critério da proporcionalidade que favorece os coronéis e as oligarquias.

Mas, de qualquer modo, os ventos da conjuntura pós-eleições sopram a favor do movimento operário e popular. E é preciso aprofundar o desgaste da Nova República e instabilizar o seu processo de transição.

Para tanto, as tarefas colocadas para o movimento operário e popular são: 1º — consolidação, ampliação e aprofundamento de um campo de oposição à Nova República, onde o PT e a CUT devem cumprir um papel destacado; 2º — participação no processo constituinte, buscando eleger o maior número possível de candidatos comprometidos com as aspirações das massas, a fim de enfrentar a hegemonia liberal-conservadora.

A atuação no processo eleitoral da Constituinte deve servir, portanto, à criação de uma base de massas unificada, mobilizada e organizada para lutar por uma plataforma de mudanças democrático-radical que pressione o Congresso Constituinte, buscando inscrever conquistas parciais do movimento e, ao mesmo tempo, negue legitimação à ordem burguesa.

Essa luta exige coligações políticas do PT com o PSB, principalmente. Coligações com o PMDB e PDT devem ser realizadas apenas excepcionalmente. Quanto ao PTB e PFL, pouparamos comentários.

É preciso denunciar a Constituinte Congressual, demonstrando seu caráter antipopular e antidemocrático, e o abuso do poder econômico, no mesmo passo que defendemos o amplo e democrático acesso aos meios de comunicação de massa.

É importante destacar no processo a bandeira das eleições diretas para Presidente da República em 86, visando questionar a legitimidade do Governo Sarney e acelerar o trânsito das massas para opor-se à Nova República.

Não se trata aqui de buscar alianças permanentes com outras forças como o PDT que também já alardearam interesse na sua realização. Trata-se, isto sim, de estabelecer acordos pontuais em torno de determinadas questões onde existam interesses políticos comuns.

O encaminhamento do processo constituinte não pode ficar limitado aos entendimentos das cúpulas, mas necessita espalhar-se na mais ampla participação de correntes, entidades e personalidades interessadas na sua participação.

De outro lado, espera-se para abril, maio e junho de 86, importantes movimentos de massa em fundamentais centros da produção capitalista. No interior desses movimentos é preciso fazer a propaganda e fazer amadurecer as condições

para a greve geral. E porque a greve geral não será o simples resultado do desdobramento espontâneo de movimentos localizados, mas produto de uma decisão política das massas e mais particularmente dos ativistas e dirigentes sindicais da CUT, é necessário vincular a greve geral à questão da Constituinte. Nesse caso, é preciso adotar uma postura política decidida pela adoção de formas coesas e unitárias, bem como a firmeza de negociar coletivamente com o patronato e o governo, sob a unificação de bandeiras de luta a nível nacional. Além disso, é indispensável promover a agitação política de denúncia à Nova República e ao capitalismo, rechaçando qualquer proposta de "pacto social", criando condições mais favoráveis para a disputa eleitoral de 86.

Nesse quadro, assume importante papel o PT, com o qual estas massas tendem a se identificar como um referencial político-institucional de oposição à Nova República.

Contudo, espontaneamente, não se criará uma base de massas à esquerda do PT, que influa na correlação de forças internas, "puxando" o partido para posições mais combativas. Antes, é necessário influir em importantes diretórios, a partir de uma ampla filiação, a fim de aglutinar em torno das propostas à esquerda um grande contingente de militantes.

Ainda é necessário conjugar outra tarefa de denúncia política cujos reflexos poderão influir na Constituinte e nas eleições de 1986.

Trata-se aí de denunciar o caráter de classe do janiismo, corrente estreitamente ligada ao capital monopolista, desmistificando a falsa idéia de que o Sr. Jânio Quadros está acima dos conflitos de classe. Tal denúncia deve sistematizar exemplos vivos e bastante compreensíveis às massas. Lugar destacado caberá ao enfrentamento político sistemático, a partir de atos e manifestações, através dos quais se busca mostrar na prática o conteúdo antipopular do governo Jânio.

Esses enfrentamentos devem ser feitos de forma inteligente, no sentido de capitalizar e fortalecer a oposição operária popular. A tática adequada para esses enfrentamentos contra o governo de Jânio Quadros, é realizar ações conjuntas com a oposição liberal reformista que é feita ao novo prefeito de São Paulo. Tais ações podem ser caracterizadas como um enfrentamento à Nova República uma vez que esta é apoiada pelo Sr. Jânio Quadros.

Dessa forma, são múltiplas as tarefas do movimento para esse ano de 86 e em especial para o primeiro semestre. O papel dos ativistas é sintetizar todos os esforços no sentido de viabilizar a constituição de uma alternativa operária e popular de oposição à Nova República, caminho indispensável na tentativa de inviabilizar o projeto de transição burguesa.

fazendo **AMANHÃ**

Conselho Editorial:

Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig, José Genuino Neto, Marcos Rolim, Otto Alcides Ohlweiler, Ozeas Duarte de Oliveira, Tarso Fernando Genro.

Planejamento gráfico e diagramação:

Cristina Pozzobon

O AMANHÃ é uma publicação da Editora Outubro Ltda.

End.: Rua Santo Antônio, 446/conj. 91

CEP: 01314 — São Paulo — SP — Fone: 32-4685

Editor: Sergio Weigert

Privatização: o FMI ordena e a Nova República obedece

A Comissão Especial de Desestatização foi instalada no dia 18 de julho de 1985. Principal objetivo: privatizar as empresas que não forem consideradas típicas do setor público. Por típicas do setor público não há consenso no próprio governo. O ministro Roberto Gusmão entende que só devem ser controladas pelo Estado os setores de energia elétrica, transporte e petróleo. O ministro João Sayad, fundamentando-se nas altas taxas de juros de mercado, acredita não haver interesse do setor privado em adquirir estatais.

Existe o decreto 86.215, que veda a transferência de controle acionário das empresas estatais à companhias ou grupos estrangeiros. Mas, como todo o decreto, é passível de interpretações quando não de ser pura e simplesmente, e burlado, sem necessidade de muitos requintes. A grande dúvida, certamente, é saber quem tem interesse em comprar as empresas estatais. O resto, havendo dólares, resolve-se facilmente. Mesmo que não existam muitos dólares, pois a palavra de ordem de José Sarney é esta: "A liderança do processo de desenvolvimento econômico agora deveria passar para um setor privado livre das algemas do estatismo. Nosso plano inclui companhias muito mais importantes do que o bonde do Corcovado".

Sem dúvida. Mal implantada a Comissão de Desestatização, o BIRD (Banco Mundial), gerente invisível e onipresente em todos os grandes projetos do governo, colocou nas mãos da Nova República 7 milhões de dólares para financiar as devassas, a serem feitas em forma de auditoria, nas grandes empresas estatais, certamente, "muito mais importantes de que o bonde do Corcovado". Que interesse "desenvolvimentista" teria o BIRD nestas auditorias?

A resposta, que parece simples, envolve toda a estratégia de acúmulo de capital no ocidente. O Brasil — que luta contra o "monstro do setor público" e aponta nele as razões do déficit financeiro do Estado (origem da hiperinflação, etc. . . .) — tem, após os Estados Unidos e o Japão, a economia mais desestatizada do mundo capitalista. E a desestatização, é bom que se diga, não é um fenômeno do Terceiro Mundo. A Inglaterra, Itália, Espanha, França, Alemanha Ocidental enfrentam problemas semelhantes e partem para idênticos projetos de privatização.

A privatização no mundo

Há, sem dúvida, volumosas somas de capitais acumulados que necessitam ser investidos com urgência. E não necessariamente em novos projetos econômicos, mas em empresas que já existem sob o controle de estados, e que pela política de privatização passariam às mãos priva-

das correspondendo em lucro aos capitais a elas aportados.

Tomemos o exemplo das Filipinas, nação mergulhada na pobreza e na corrupção. Ali o FMI simplesmente ordenou a privatização. Mas quem terminou satisfeito foram os grupos políticos ligados ao poder estatal. Os grupos econômicos saíram do controle do estado e entraram para o controle dos monopólios e oligopólios do ditador Ferdinando Marcos.

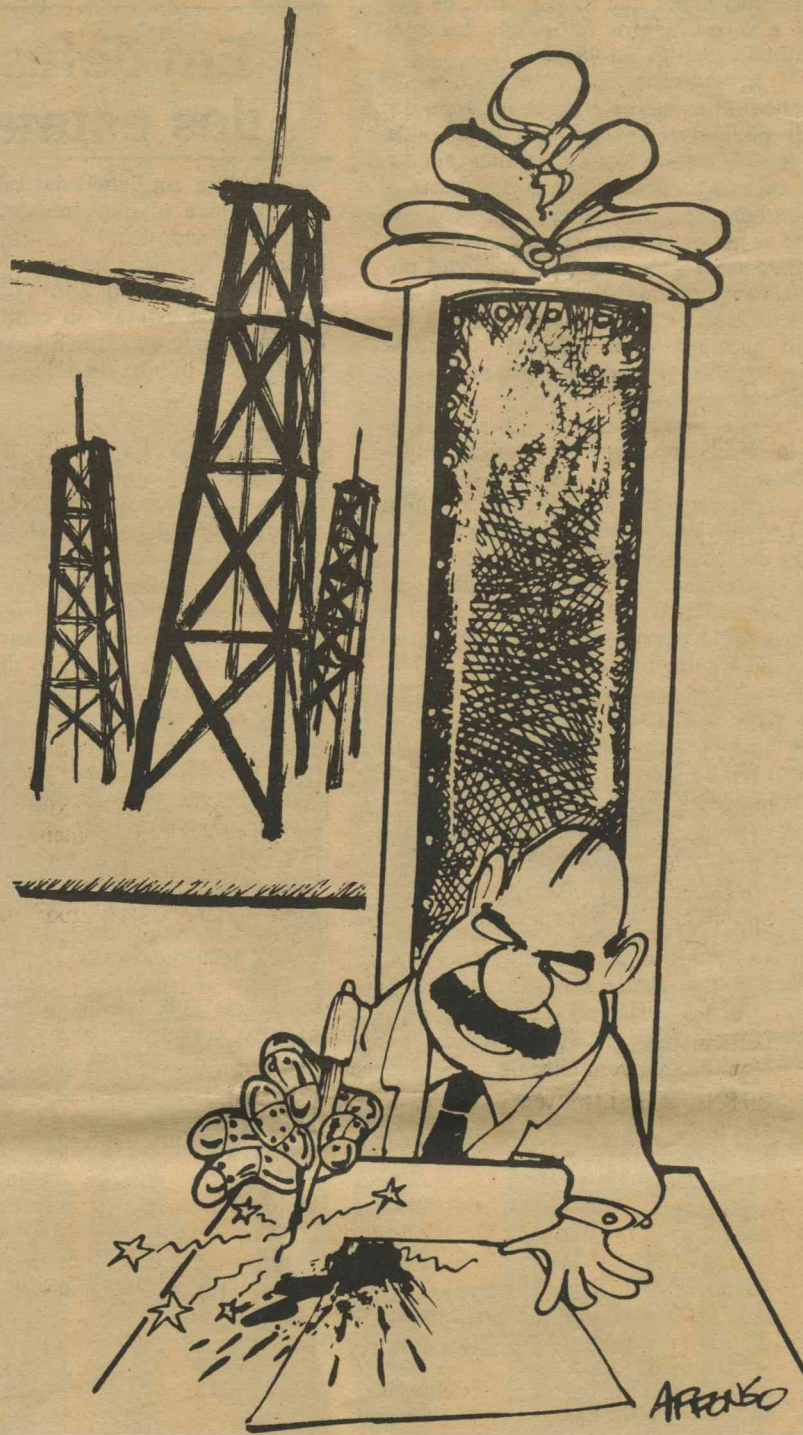
No Japão, além das controvérsias sobre privatização, há muita cautela. Foi limitada às "quatro grandes" companhias estatais. São elas: Nippon Telegraph and Telephone (NTT), da Japan National Railways, da Japan Tabacco e da Japan Air Lines. Não há dúvida entre os tecnocratas japoneses que o capital privado possa adquirir estas empresas, pois possui taxas de economias internas entre as mais altas do mundo. O que pensa o governo japonês? Ele prefere o oligopólio privado do que o monopólio público. Entende que a privatização levantará dinheiro e que colocará as empresas no jogo da concorrência, acordando-as da sonolência atual.

Há um "senão" na história: se os governos estão contentes com a perspectiva de vender suas empresas pouco lucrativas e insistem em manter seus setores lucrativos, não haverá negócio. A privatização só se efetiva quando há perspectivas de lucro a quem compra as empresas do Estado. Isso quer dizer simplesmente que o capital privado só entrará no jogo se tiver garantia de retorno aos seus investimentos.

É uma preocupação que perpassa todo mundo, desde a China à Espanha, ou a Inglaterra. Na Inglaterra, por exemplo, foi vendido o sistema telefônico e os setores de gás. A maior linha aérea e os principais aeroportos serão privatizados nos próximos dois anos. E há uma afirmação bem inglesa, sobre esta virada econômica. O ex-primeiro-ministro Harold Macmillan, ironicamente definiu-a assim: "Primeiro vai a prataria georgiana, e então os móveis bonitos que estavam na sala. Então vão os Canalettos". Em outras palavras escreve o jornal *The Economist* comentando as declarações do ex-ministro — "os governos estão vendendo para conseguir recursos para saldar os gastos atuais. Em negócios, com jeito certo de falir. O que fazem os governos quando não têm mais nada para vender?" — pergunta o jornal.

The Economist responde: "a idéia de, vender a prataria, é — baseada num pensamento preguiçoso, porque a venda das ações do governo é essencialmente a mesma coisa que a venda de fundos públicos".

E por "preguiçoso" deve se deduzir a incapacidade dos Estados em tornar eficientes e minimamente rentáveis as empresas que lhes cabem administrar. Em síntese: o estado capitalista é menos eficiente do que os grupos capitalistas privados. Há interesse nos estados capitalistas em se tornar rival dos grupos privados concorrendo com aqueles que são a pró-



GAZETA MERCANTIL

pria razão da sua existência como estado capitalista?

O governo brasileiro indica uma resposta: "O ministro Waldir Pires consegue sair de um déficit para um superávit de 9 trilhões de cruzeiros combatendo as fraudes e criando novas fontes de receita". Se a previdência consegue um superávit de 9 trilhões de cruzeiros vendendo assistência médica imaginemos o que é que pode render uma Petrobrás ou um Banco do Brasil? Ambas empresas com suas ações à venda no mercado, sob o argumento de conter o déficit público.

A privatização no Brasil

O governo da Nova República, volta seus olhos contra as empresas estatais. Elas são, segundo a Nova República, as causadoras de um déficit público que alcança limites "insuportáveis". As Estatais, direta ou indiretamente, passaram a ser acusadas de alimentar a inflação. Devem passar, pois, para o alívio geral de tão sofrido povo, às mãos dos monopólios privados.

José Sarney toma a dianteira desse projeto. Segundo suas palavras, ele se ocupará pessoalmente de tudo e "raramente em nossa história tivemos uma oportunidade de mudar a natureza do processo econômico brasileiro". Por mudar a natureza do processo econômico, Sarney estaria entendendo que os meios de produção passariam de seus atuais donos a outros e que se alteraria a natureza das relações de produção passando-as do regime da livre competição de mercado, a uma planificação geral do estado segundo os interesses de seu próprio povo? Cairíamos, nesta mudança de natureza do processo econômico, em um regime socialista, onde a propriedade privada seria extinta e em seu lugar surgiria uma propriedade social sob o controle dos trabalhadores?

Sarney, motivos óbvios certamente não deseja o socialismo. Portanto, por mudar a natureza do processo econômico ele deve entender a transferência das empresas controladas pelo Estado para o controle privado.

Apesar de alardear que os cortes nas estatais são peças importantíssimas para coibir o aumento da dívida externa, a Nova República não parece levar muito a sério seus próprios argumentos e discursos. Por exemplo: a título de prorrogação do acordo da dívida, a Nova Repúbli-

ca entregou aos bancos estrangeiros, 787 milhões de dólares. Essa quantia é 200 por cento maior que todo o corte de gastos e investimentos feitos em duzentas empresas estatais em 1985.

A razão do déficit público pode também estar nas estatais. A razão do déficit pode estar em qualquer lugar onde os tecnocratas da Nova República, em dado momento e segundo suas cabeças a quiserem por. Mas há uma questão, da qual nenhum governo ou tecnocrata, seguindo os impulsos de suas vontades poderá escapar: a da dívida externa. A sua prorrogação — que não tem nada a ver com pagamento ou rolagem —, significa uma sangria insuperável e insuportável a qualquer governo.

Jânio de Freitas, em um de seus artigos, publicados na *Folha de São Paulo*, escreve:

“O programa do leite, que atenderá a 1,5 milhão de crianças, custará 1 trilhão de cruzeiros. O Programa de alimentação popular, servindo a 10 milhões de pessoas, gastará 500 bilhões. O reforço alimentar ao programa de creches, para 1,3 milhão de crianças, consumirá 300 bilhões. A construção de postos e centros de saúde receberá 1,1 trilhão. À assistência médica e odontológica para 40 milhões de mulheres e crianças foram destinados 710 bilhões. E, sob o estimulante rótulo de ‘Programa de Educação para Todos’, 2 trilhões e 900 bilhões para projetos diversos”.

“O total destas prioridades sociais, admitindo-se, por generosidade, venham a ser cumpridas: somam 6 trilhões e 510 bilhões. O equivalente, portanto, e olha que pelo câmbio oficial, ao lucro extra que a prorrogação da dívida proporciona, por ano, aos credores externos”.

Sarney, portanto, ao que indicam todas as evidências, está mais interessado em sanar as finanças dos bancos estrangei-

ros do que em implementar programas de cunho social.

Em defesa das estatais

A luta em defesa das estatais passa pelo combate aos seus três cancos: a corrupção, o nepotismo e o empreguismo. Passa pela denúncia de que a Nova República quer vender o dito “filé mignon” das empresas estatais ao capital privado. E pelo fato de que Itaipú e Angra consumiram 17,5 bilhões de dólares, inutilmente.

Lutar pela preservação das estatais passa por uma compreensão de que gerações foram consumidas para edificá-las. Foram chamadas a definharem e morrerem na execução desses projetos. Hoje as estatais pertencem a todos nós, participantes ou não do governo da Nova República.

As empresas estatais devem sofrer um controle social de suas atividades. Devem ser retiradas das mãos desses tecnocratas que, sem piscar o olho, propõem o rateio, entre capital privado, daquilo que é propriedade pública.

Eles não têm legitimidade para vender o que não lhes pertence. As estatais pertencem ao povo que ergueu suas paredes, levantou represas, importou turbinas atômicas, lançou plataformas ao mar atrás do petróleo. Fabricou tecido, modernizou fazendas, iluminou casas, levou águas às cozinhas, asfaltou estradas, construiu aviões e carros de combates, extraiu minério. Empregou milhares de homens antes, e emprega atualmente dois milhões e meio de trabalhadores.

Denunciar isso é fundamental. Como a própria luz que nos ilumina, o telefone que nos une, o trem que nos carrega.

Violência das massas

Uma escolha necessária?

Afonso Araujo Filho

mo simplório e que só comove os pobres de espírito. Refiro-me a outras concepções que possuem uma determinada lógica.

O filósofo e professor de teoria política, Carlos Nelson Coutinho, com vários livros publicados e reconhecida autoridade intelectual, sem dúvida é um dos seus maiores expoentes.

No seu último livro *A dualidade de poderes — Introdução à teoria marxista de Estado e revolução*, Coutinho busca fundamentar sua tese de transição pacífica para o socialismo, a partir do fato de que as sociedades capitalistas modernas possuem um grau de complexificação de suas relações econômicas, sociais e políticas cada vez mais crescente, que as diferencia radicalmente das sociedades do início do século, notadamente a Rússia czarista.

Esquema funcional

Vejamos como Coutinho, a partir desta evidência que, aliás qualquer cidadão comum percebe, articula sua proposta. Parte dos conceitos de Gramsci de “sociedade política” e “sociedade civil” que designam as duas esferas do Estado. A “sociedade política”, neste esquema teórico, é considerada como o Estado “mesmo”, isto é, o aparato que detém as funções políticas, militares e administrativas e tem por função “propriamente sua” a defesa político-militar dos interesses das classes dominantes, em momentos em que estejam ameaçados pelos “de baixo”. A “sociedade civil” é constituída das instituições (sindicatos, escolas, meios de comunicação, organismos culturais, etc.) e tem por função a reprodução das idéias e interesses das classes dominantes. Mesmo reconhecendo que o Estado envolve política e ideologicamente toda a vida da nação, Coutinho, vai encontrar na “sociedade civil” o caminho teórico e político para defender sua tese. Tudo isto porque a “sociedade civil”, a medida que não está sob o garrote direto da “sociedade política” e que não possui a tarefa de produzir, mas de reproduzir a ideologia, gerada na “sociedade política”, é menos monolítica, mais permeável e receptiva a apelos vindos de “fora” e que são contrários à ideologia produzida nos aparatos políticos, militares e burocráticos.

Abrem-se, assim, brechas na “sociedade civil” pelas quais podem penetrar as tentações da insubordinação. Portanto, a ideologia da “sociedade política” não tem o poder de sobrepor-se, tal e qual, sobre a “sociedade civil”; não é um sólido e intransponível capacete, mas assemelha-se a uma peneira que não impede que penetrem algumas réstias de sol. É por isto que o trabalho de “subversão” do Estado deve se dar a partir da “sociedade civil”, tentando alargar gradualmente os

Quem assistiu as declarações de Lula sobre a luta armada percebeu o desconforto causado na maioria das rodas políticas e intelectuais. Lula mexeu num vespeiro. Opiniões de todas as cores entraram nos calores do debate. Todo este alvoroço mostra, ao contrário do que pensam os liberais, que esta questão não pode ser simplesmente descartada, como se fosse inexoravelmente uma possibilidade trágica, que todos devemos evitar “a fim de não derramar o sangue de irmãos”. O irônico neste argumento é que se esquece que “alguns desses irmãos”, os “grandes irmãos” que usufruem os privilégios, não hesitam em chacinar “fraternalmente” aqueles que ameaçam estes privilégios. A história está cheia destes exemplos para que percamos tempo enumerando-os: quem não lembra o Domingo Sangrento de Nicolau II?, ou os cadáveres que se contavam aos metros nas ruas de Paris depois da repressão à Comuna? Ou o napalm sobre as aldeias vietnamitas? Ou os trinta mil mortos e desaparecidos na Argentina dos militares?

Por outro lado, também é bom lembrar o que é simplesmente óbvio: as grandes transformações progressistas da humanidade só se concretizaram com o emprego da luta armada. Ou foi com rosas que a Revolução Francesa destruiu o feudalismo? A revolução cubana à ditadura de Batista? A Nicarágua ao somozismo? A revolução americana, por exemplo, derrotou a coroa inglesa bombardeando-a com gerânios?

Estes são exemplos suficientes para demonstrar que o emprego da força armada pelo povo é uma necessidade, senão quase uma fatalidade, para pôr fim à opressão. E não, como pensam alguns, porque as massas possuem uma maligna volúpia, rancoroso sentimento a impulsionar uma vingança irracional e cega — embora devemos concordar que, séculos e séculos de exploração e opressão, justificariam plenamente esta malignidade — mas pelo fato simples e puro de que seus privilegiados “irmãos” resistirão com unhas, dentes, fuzis, exércitos, tanques, mísseis, à entrega das propriedades, privilégios e poder.

Portanto, deixemos de lado estas teses, que ignoram propositadamente os fatos históricos, e servem, principalmente, para gerar o pânico em donas de casa e disseminar pesadelos na pacífica e regular rotina dos filisteus, aterrorizando-os com sanguinários zumbis que, a qualquer momento, podem sair da sombra para beber seu sangue.

Porém, se os próprios fatos históricos encarregam-se de jogar por terra tão “consistentes argumentos”, gerados por tão férteis imaginações, o problema não se resolve assim.

É preciso enfrentar outras visões, que não se confundem com este terroris-



“furos” da peneira para que o sol da “democracia universal” ilumine cada vez mais a “sociedade civil”. Ao final deste processo, radiante e iluminada pelo fulgor democrático, a “sociedade civil”, também, obviamente, de forma democrática, cercará a “sociedade política” decretando que já não cumprirá a tarefa, que até então vinha desempenhando, de reproduzir a ideologia gerada na “sociedade política”. Diante deste fato, o Estado não realiza nenhum ato desesperado, como, por exemplo, lançar seu poderio político e militar sobre a “sociedade civil”, buscando submetê-la pela força. Ao contrário, com um civilizado e invejável bom senso, assina a rendição e evita o derramamento de sangue entre irmãos. Uma cerimônia de cavalheiros: vencedores e vencidos confraternizam em torno de taças de champagne, obviamente distante das presenças irreverentes dos plebeus. No dia seguinte, sem convulsões, sem traumas, sem a participação da classe operária, a “sociedade civil” acasala-se (com a “sociedade política”) e dá início à construção da sociedade socialista — obviamente, em um belo palácio de mármore, sem máculas de disparos ou cicatrizes de conflitos.

Esforço inútil

Como se vê, a base filosófica des-

tanto, não correspondiam à “verdade universal da democracia”. Ato contínuo, chega-se ao reino da concórdia, da fraternidade e da justiça.

Coutinho afirma que a análise das sociedades pouco complexas do século passado não permitiram (e nem poderiam permitir) à Marx, Engels e Lênin perceberem outras possíveis dimensões do Estado, a partir da necessidade de gerir interesses cada vez mais amplos, mais complexos e mais contraditórios. Não perceberam, portanto, a latente ‘dualidade de poderes’ no interior mesmo do Estado. É por isso que os clássicos se contentaram com a definição, de certa forma empírica, baseada principalmente no desenrolar do processo histórico, de que o “Estado constituía-se no comitê executivo das classes dominantes” e “poder de opressão de uma classe sobre as outras”, como nos diz Lênin em *O Estado e a Revolução*.

A insuficiência desta definição não suscita dúvida. E as consequências dessa deficiência irão repercutir numa outra questão crucial: como de fato irá ser o Estado Socialista.

Mas outra questão é a da tomada do poder, sendo preciso responder se esta definição dos clássicos, mesmo insuficiente, capta uma determinação essencial do Estado em uma sociedade de classes, por mais complexa que seja. Enfim, se em

ceitos uma dissimulação a fim de elidir a contradição básica entre os interesses irreconciliáveis das classes que, por enquanto, ainda se constitui no motor da história.

Como se isso não bastasse é necessário notar que Lênin escreveu especificamente sobre a “dualidade de poderes” no artigo *A Questão do Poder* (que se encontra em suas *Obras Escolhidas*). Portanto, o esforço de Coutinho poderia ter sido muito mais simplificado.

Certos fatos

Acontece que Lênin, nesse seu escrito, define a “dualidade de poderes” de uma forma diferente de Coutinho, partindo de uma constatação até hoje irrefutável, qual seja, de que a luta de classes antagoniza interesses materiais e históricos irreconciliáveis, e que é uma luta entre duas classes em que o privilégio de uma leva, necessariamente, à desgraça da outra.

Partindo, portanto, da própria luta de classes, Lênin pôde observar, que a criação dos soviets (conselhos de operários e soldados) ganhava, em relação às massas, um respeito que o próprio Estado (na época à Rússia, era o governo provisório de Kerensky) não tinha mais forças para retirar. E mais, que esse respeito, gradativamente possibilitava que os

lítica”, é que ela não se baseia, como em Lênin, numa força revolucionária de origem externa à hegemonia burguesa e ao Estado burguês. Ao contrário, Coutinho enfatiza que tal força pode crescer por dentro da sociedade civil (uma das esferas do Estado, lembremos) num processo de democratização que, lentamente, retira da burguesia o poder de sua reprodução como classe.

Socialismo utópico?

Ele quer nos fazer crer que seja possível alterar a lógica da reprodução capitalista, hegemonizando a “sociedade civil”. Ora, tal hipótese se choca diretamente contra um dos pressupostos caros ao marxismo, qual seja, de que enquanto a lógica das relações concretas for burguesa, tais relações continuarão a reproduzirem-se como burguesas ao mesmo tempo que também reproduzem a hegemonia burguesa. E é exatamente por isso, ou seja, para romper com a lógica destas relações, que existe a necessidade do partido revolucionário, que conscientemente busca tomar o poder de Estado para romper o ciclo da reprodução das relações burguesas.

Mas para Coutinho isso não será necessário porque a transição ao socialismo se dará através — como diz ter aprendido de Gramsci — dos conceitos de “guerra de posição” e “guerra de movimento”, onde, respectivamente, a primeira (guerra de posição) refere-se às formas de resistência e ocupação de espaços que o povo organiza, e a segunda (guerra de movimento) diz respeito às mobilizações de caráter massivo, tais como as greves e etc.

Porém, o que Coutinho não quer lembrar é que Gramsci também defendia a existência e necessidade de um outro tipo de guerra: a subterrânea, consistindo esta “na preparação clandestina de armas e de elementos combativos de assalto”. (Gramsci, *Obras Escolhidas*, pág. 207 — Editora Martins Fontes)

Por que Coutinho esqueceu de mencionar esta “guerra subterrânea” de Gramsci? Coutinho, por exemplo, justifica a explosividade revolucionária na Rússia porque se tratava de uma nação atrasada onde o poder coercitivo do Estado estava presente em toda a extensão de uma frágil “sociedade civil”. Porém, já seu indicativo revolucionário para as sociedades modernas é bem diverso. Nos diz ele que “no segundo caso, quando o Estado já se ampliou, o centro da luta de classes está na ‘guerra de posição’: numa conquista progressiva — ‘ou processual’ — de espaços no seio e através da sociedade civil”. Peregrina tarefa que Coutinho poderá ainda estar tentando cumprir quando for colhido pelas milícias armadas do proletariado de um lado e os exércitos da burguesia de outro.

Percorrendo as formulações do professor Coutinho, chega-se à conclusão de que elas servem mesmo é para auxiliar o processo de conciliação de classes. Servem como uma luva aos que procuram desatinadamente demonstrar que é possível a vitória do socialismo sem a violência revolucionária.

Mas acontece que os verdadeiros revolucionários sabem que a natureza da luta de classes opõe irreconciliavelmente a burguesia e o proletariado. E que a burguesia não vacila a um só segundo sua repressão sobre as massas quando estas se movimentam para chegar ao poder de Estado.

Ao proletariado, que cabe a função de dirigente das classes sociais interessadas na vitória do socialismo, não falta a visão necessária para ver como o Estado burguês se arma até os dentes contra ele, e que, um dia, o confronto final com a burguesia irá exigir que o povo se organize em milícias para se defender e atacar, antes que ela despeje seus mísseis sobre nossas cabeças.



ta concepção tem um forte traço racionalista. Apesar de admitir a necessidade da pressão “física” da “sociedade civil”, isto é, da luta política, desde que não ultrapasse os limites de uma “pressão democraticamente exercida”, e que, diga-se, mantém-se basicamente no plano ideológico, o que conta mesmo são os argumentos a fim de resolver, pelo convencimento, a “sociedade política” da justeza das razões da “sociedade civil”. Supõe, portanto, uma verdade imutável e absoluta, pairando acima dos conflitos das classes, bastando que seja revelada, através da razão, para que os homens convençam-se de seus “pecados” e/ou posições políticas equivocadas.

Deduz-se, então, que a via pacífica para o socialismo é realmente pacífica. Pode ser alcançada desde que a “sociedade civil”, ao “cercar” politicamente a “sociedade política”, faça-a ver que é impossível continuar reproduzindo-se, e ao mesmo tempo, convence-a de que as idéias produzidas por ela eram malélicas, e por-

função da complexificação das funções estatais, ele — Estado — deixa de ser o comitê executivo das classes dominantes e o “lugar” onde se sintetiza o poder coercitivo de uma classe sobre a outra.

Mas, contudo, nas sociedades que se complexificaram, segundo nosso autor, a coisa muda de figura: é preciso, como vimos, substituir a crítica das armas pelas democráticas armas da crítica.

Ao invocar os conceitos de Gramsci de “sociedade política” e “sociedade civil”, Coutinho esquece, em primeiro lugar, que Gramsci jamais propôs que a contradição entre essas “funções do Estado” passasse a ser a mola propulsora da revolução socialista, em substituição à contradição de classe: burguesia versus proletariado. Para Gramsci, estes conceitos tinham uma validade puramente empírica a fim de designar as instâncias que o alargamento e complexificação do Estado criavam. O revolucionário italiano não pretendia substituir a contradição entre as classes pela contradição entre instâncias do Estado, menos ainda, fazer destes con-

soviets impusessem ao governo sua própria participação nas decisões tomadas pelo Estado. Contudo, se a princípio os soviets impunham ao governo limitadas exigências, estas, a medida que cresciam os soviets e sua implantação nas massas operárias, também cresciam e colocavam o governo em xeque, até que tomou-se impossível a convivência dos dois poderes e aí se dá a eclosão revolucionária na Rússia.

Portanto, o que Lênin entendia por “dualidade de poderes” era o poder crescente dos soviets que se impunham ao Estado então dirigido por Kerensky. Lênin, inclusive, chegou a caracterizar o poder dos soviets como da “mesma natureza do da Comuna de Paris”, onde os operários e soldados parisienses tomaram o poder na capital francesa durante poucos meses.

Assim, a primeira questão que precisa ficar clara é que a “dualidade de poderes” de que trata Coutinho, ao buscar opor a “sociedade civil” à “sociedade po-

Para quem se reserva o mercado?

O governo, os fabricantes nacionais e os segmentos diretamente envolvidos na utilização dos produtos da área de computação, afirmam hoje, em uníssono e sem qualquer constrangimento, que a indústria brasileira de informática está consolidada e que avança em direção a sua independência tecnológica.

Com base na Lei de Informática, aprovada em outubro de 1984 pelo Congresso Nacional e que consagra a reserva de mercado para alguns segmentos do setor, estes mesmos grupos não hesitam em decretar a maturidade da nossa indústria.

O otimismo desatou-se agora, porém sua história parece ter se iniciado há mais tempo: em 1970 a Marinha manifestou o desejo de que o país passasse a contar com uma indústria nacional de informática. O objetivo era, a um só tempo, simples e patriótico: tornar-nos independentes da importação de computadores e outros equipamentos eletrônicos que seriam utilizados em algumas fragatas recentemente adquiridas da Inglaterra.

Não paramos por aí: chegamos a 1986 com capacidade para produzirmos nossos próprios micro, mini, supermini-computadores e periféricos. Porém, isto autoriza tanta e tão desbragada euforia?

Talvez deva-se ir com menos afã ao pote. Qual é, por exemplo, o significado real de estarmos fabricando nossos micros, minis, etc., etc.? Representa este fato algum avanço significativo no contexto de desenvolvimento tecnológico que a informática já alcançou nos países centrais? Ou continuamos, como é de praxe em nossa história, a submeter a lógica da nossa produção — embora enchamos o peito para falar de independência produtiva no setor — à lógica dos monopólios estrangeiros em particular e a do capitalismo mundial em geral?

Os dados da "independência"

Os próprios dados oficiais dão uma idéia de quanto é "real" esta independência e da eficácia desta tão decantada e tão polêmica política de reserva de mercado. Em 1984, dois anos antes das declarações eufóricas de que a produção nacional de informática ia de vento em popa, declarando, portanto, sua independência, a implacável neutralidade dos números jogou um balde de água fria em tanto entusiasmo. 75 por cento do parque produtivo instalado no país pertencia às empresas estrangeiras, 72 por cento dos quais a empresas norte-americanas. Isto quer dizer "apenas" que em um mercado de 4,3 bilhões de dólares a indústria brasileira detém somente um bilhão de dólares.

Porém, os magros resultados obtidos na contabilidade não abateram os ânimos. E a nacionalização, contabilizada agora, a partir do número de unidades físicas produzidas foi considerada um sucesso. As tristezas foram logo esquecidas ao se tomar conhecimento de que o setor brasileiro de informática alcançava o altíssimo índice de 95 por cento em quantidade de equipamentos fabricados, embora o percentual do valor produzido ficasse em torno de 25 por cento.

Estas cifras, apesar de causarem apreensão nas altas esferas do governo norte-americano, ao ponto de Reagan determinar uma investigação sobre a Lei de Informática no Brasil, refletem, ao contrário do que se apregoa, não a robustez do setor e sim a fragilidade do nosso perfil industrial. Ora, a própria diferença entre os 25 por cento de valor produzido em nítido contraste com os 95 por cento de unidades colocadas no mercado, já

propõem algumas interrogações. A partir deste quadro não é difícil concluir que o "filé mignon" da indústria da informática não está nas mãos das empresas brasileiras. Os equipamentos produzidos por empresas norte-americanas, por exemplo, ocupam cerca de 5 por cento do mercado consumidor, contudo, representam 72 por cento do valor de nosso parque instalado.

Um saco de gatos pardos

Além disso, este critério da "quantidade de unidade produzida" não permite distinguir a qualidade da unidade produzida. Neste saco todos os gatos são pardos: desde os sofisticados computadores até os mais simples equipamentos são considerados como uma coisa só. É fácil perceber quem fabrica e coloca no mercado o "restolho". Assim como também é fácil perceber onde se localiza o pólo dinâmico do setor, aquele que, quase ao natural, faz convergir os interesses do desenvolvimento tecnológico e da pesquisa.

Agora fica mais clara a real dimensão da questão de reserva de mercado. Se tomarmos os dados assinalados, veremos que a discussão sobre reserva de mercado, nos termos em que esta posta, não passa de uma falácia. Trata-se de propor uma política de reserva de mercado para determinados equipamentos, cuja própria produção traga como consequência o estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento. Porém, o que é a política de informática brasileira senão um ajuntamento de aspectos? Não há uma estratégia definida nem objetivos claros. Por isto sua reserva de mercado não pode ir mais longe do que vai: a restrição à venda de certos tipos de equipamentos. Qual a eficácia desta política que se ocupa com aspectos fragmentários da questão, incapaz de traçar uma política global que procure apanhar a amplitude de tudo que está em jogo?

Porém, os problemas suscitados pela informática estariam resolvidos, se, por hipótese, possuíssimos uma política de reserva de mercado que correspondesse, minimamente às necessidades populares? Não. Este seria apenas um primeiro passo. O subsequente é o controle sobre o desenvolvimento da pesquisa tecnológica, e o último, o controle sobre sua utilização.

A reserva de mercado garantiria um espaço de comercialização aos computadores nacionais, ao mesmo tempo que estimularia a produção. O segundo ponto impediria que se sumisse daqui, para ser investida em pesquisas nas potências centrais, a mais-valia dos operários e trabalhadores brasileiros. E o controle sobre a uti-

lização, realizado democraticamente pelos organismos operários e instituições populares, poderia se constituir num forte antídoto às seduções fascistas que, sem dúvida, existem entre as frações políticas da burguesia e seu Estado.

Encarada abstratamente, como na maioria das vezes tem ocorrido até agora, a polêmica sobre a reserva de mercado ou dá a idéia de que é apenas uma discussão a fim de demarcar "territórios de venda", sem nenhum caráter político, quase como se fosse um "bate-boca" entre comerciantes.

Para romper com este "espírito" e politizar a questão, é preciso acabar de imediato com algumas ingenuidades: 1) a de que a burguesia das potências centrais, tomada de um súbito fervor filantrópico, irá repassar os conhecimentos que já adquiriu e socializar os procedimentos mais avançados de pesquisa tecnológica; 2) a de que nesta batalha poderemos contar com a "fibra patriótica" do empresariado nacional para combater na mesma trincheira, denunciando as limitações da política de reserva de mercado, exigindo a difusão dos conhecimentos e pesquisas, apoiando formas de democratização do uso da informática.

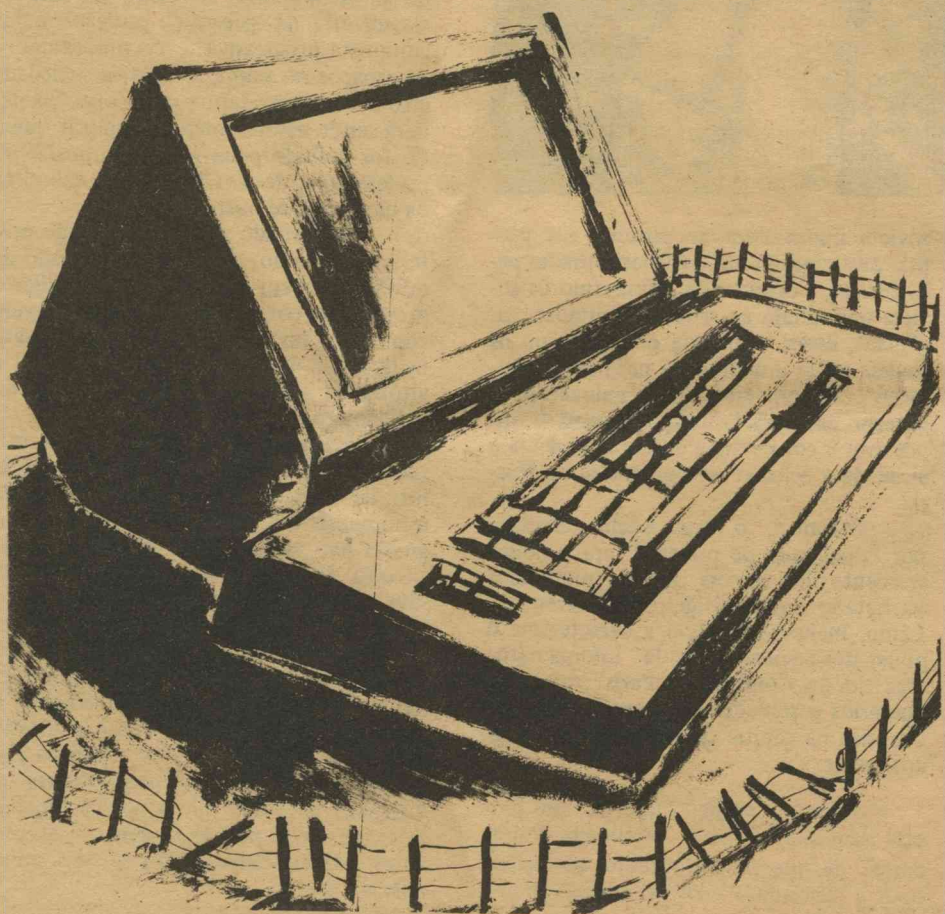
A burguesia nacional, ligada pelo cordão umbilical dos interesses econômicos e financeiros ao capitalismo internacional, há muito abandonou qualquer veleidade de independência.

O controle sobre a utilização

Neste quadro, o controle popular e democrático sobre a produção e a utilização da informática constitui-se numa questão crucial. Sem ele, a política de reserva de mercado continuará sendo encarada de forma abstrata e sem nenhuma conexão com todas as dimensões que a envolvem, desde as políticas até as filosóficas. Uma real política de reserva de mercado só pode ser vista como um aspecto de uma totalidade mais ampla. Portanto, as medidas administrativas não podem opor-se a esta totalidade. Ao contrário, devem significar sua realização prática. Entretanto, se as disputas se dão, até o momento, "em família", em torno de "fatias" e aspectos da questão, como se pode esperar uma política que "vire a mesa", sem que os interesses democráticos e populares estejam presentes?

A coisa toda, no entanto, é mais séria, muito mais séria. Não se resume à discussão de um ou outro aspecto da política de informática, sequer à política de informática, ainda que encarada como um todo. O uso da informática pelas classes dominantes, seja em suas dimensões políticas ou ideológicas, sem que exista um controle sobre esta utilização, tem um alcance e consequências difíceis de prever. Hiroxima, como muitos já advertiram, poderá, então, ser lembrada como um ameno piquenique.

Portanto, aquilo que hoje pode ser deixado de lado como mero descuido, no futuro poderá ser vivenciado como tragédia. O combate, pois, começa agora: denunciando os limites e as balelas que envolvem os termos atuais da discussão sobre a reserva de mercado. Nesta questão, não apenas estão em jogo os caminhos presentes da informática, mas, sem nenhum exagero, o próprio futuro da humanidade.



A vitória

O céu azul e o sol forte convivem com o lixo espalhado e as ruas esburacadas. As ondas do mar batem suaves na areia, enquanto homens, mulheres, velhos, crianças perambulam famintos. Vendedores ambulantes por todo canto oferecem os mais variados objetos. Mansões e casebres. Favelas e bairros ricos. Fortaleza, capital do Ceará. Beleza e destruição. Opulência e miséria. Cidade de contrastes extremos. A dita terra dos coronéis. Cidade dos retirantes da seca, dos expulsos pelo latifúndio.

O início de um novo ano é alimento para as esperanças. Na quinta cidade do país, com quase dois milhões de habitantes, a entrada de 86 também foi assim e a eleição de Maria Luiza Fontenelle, de certa forma sintetizou as esperanças. A partir dos bairros pobres, da periferia, dos retirantes-ambulantes, operários, das comunidades eclesiais, das escolas, dos jovens, das mulheres, das camadas médias da população, Maria Luiza constituiu seu apoio. Venceu. Derrotou os coronéis, a burguesia, as pesquisas de opinião, a Nova República, as máquinas dos governos federal, estadual e municipal.

As expectativas e esperanças não ficaram restritas a Fortaleza, estravazaram-se pelo país.

O dia da posse

Ainda no final de 85 um cartaz anunciava nos muros e postes da cidade: "Agora Fortaleza é da gente". E gente de fora começou a chegar. Caravanas do PT, ativistas do movimento operário e popular. A Praça José de Alencar fica no centro de Fortaleza. Foi ali, no primeiro dia do ano, pelo meio da tarde, que a população começou a se concentrar. Depois do protocolo na Câmara e na Prefeitura, a posse junto com o povo.

"Me escutem companheiros/gaúchos amazonenses/cariocas e goianos/paulistas piauienses/falo em Maria Luiza/aquela que deu a pisa/nos coronéis cearenses", começou Crispiniano Neto, poeta de cordel do Rio Grande do Norte. Artistas populares, cantores e cantadores, cordelistas, do Ceará e de outros estados, intercalaram as falações, colorindo a manifestação. Depois, representantes de delegações de todo Brasil, de inúmeras entidades cearenses, de organizações clandestinas como o Movimento Comunista Revolucionário, Convergência Socialista e o Partido Revolucionário Comunista (PRC). Lula, Eduardo Suplicy e José Genofno Neto. Maria Luiza falou por último: simples e direta. Reafirmou os compromissos da campanha, avaliou o significado da vitória. Homenageou, citando alguns nomes, companheiros assassinados pela repressão. A posse terminou com dança na praça.

Cidade destruída, prefeitura falida

Fortaleza causa espanto, tanto nos turistas como nas pessoas que se deslocaram para assistir à posse. A penúria, a sujeira, a destruição, estão em todos os cantos. É o secular domínio do latifúndio, junto à indústria da seca que responde por este quadro. Expulsos aos milhares, os nordestinos concentram-se na periferia da capital. Ao contrário de outros estados do nordeste, no Ceará é reduzido o número de cidades interioranas de porte médio e inexistente uma sub-região como o agreste. Mar e sertão coexistem sem fronteiras nítidas. Nos anos de regime militar esta situação agravou-se ainda mais. Na última grande seca, levas e levas de flagelados vagavam pelas ruas e praças da cidade.

Fortaleza tem 600 favelas. Um terço da população vive (ou melhor, sobrevive) nestes locais. Em 85, 81 por cento da mão-de-obra ocupada ganhava menos de 3 salários mínimos. Da população economicamente ativa apenas 48 por cento encontrava-se plenamente empregada. Os 51,3 por cento restantes eram desempregados ou viviam de "bicos". O quadro sanitário é caótico: de cada 1000 crianças nascidas vivas, 106 morrem antes de completar um ano de idade. A isto soma-se a corrupção como regra da atividade política. O governador Gonzaga Mota, que transferiu-se para o PMDB e alardeia ter rompido com as oligarquias, no entanto, mantém a mesma política de seus antecessores. Os representantes da Nova República em Fortaleza são na maioria os mesmos que sustentaram os governos militares. O resultado disto é a sabotagem e a tentativa de levar a Prefeitura ao caos político-administrativo.

Para se ter uma idéia, a prefeitura de Fortaleza tem 40 mil funcionários. A de Recife 15 mil. E como se não bastasse uma significativa parcela nunca foi ao trabalho, enquanto outra sequer reside na cidade. Crianças de 8 a 10 anos estão nas folhas de pagamento e funcionários que faleceram também. Como se fosse uma avessa compensação, os servidores não haviam recebido as diferenças salariais de novembro e dezembro e, tampouco, décimo-terceiro.

Quando Maria Luiza assumiu, a dívida, referente a salários atrasados e encargos sociais, era de 149 bilhões de cruzeiros. E o montante das dívidas, até 31 de janeiro, 500 bilhões. A empresa de transportes coletivos municipal possui 36 veículos. Somente 22 estão circulando, em más condições. Junte-se a isto sistema de esgotos ineficaz, a péssima situação da limpeza urbana e teremos a herança recebida.

As primeiras medidas

Como enfrentar esta situação?
Como realizar uma administração

Balanço inicial



Duza Lessa

popular debaixo de um Estado burguês e sob o cerco das classes dominantes? Como constituir conselhos populares avançados e independentes da administração? São perguntas ainda não equacionadas de todo. Todavia algumas medidas iniciais já foram adotadas. Por enquanto alterou-se a postura em relação aos movimentos reivindicatórios e ao governo federal. De imediato foram baixados 4 decretos. Através deles Maria Luiza assegurará o emprego para os funcionários que trabalham e demitirá os funcionários fantasmas: mais de 10 mil segundo as estimativas. Prepara-se ainda um dossiê sobre a atual situação da prefeitura, denunciando os responsáveis pela corrupção e pelos desmandos. Foi lançada, também de imediato, campanha para limpar a cidade. Discute-se a constituição de conselhos populares. Greve deixou de ser caso de polícia. Lançou em praça pública a campanha dos 500 bilhões a fim de conseguir o dinheiro necessário ao pagamento dos funcionários. Maria Luiza, por exemplo, participou das assembleias dos funcionários a fim de denunciar isto e apoiá-los em suas reivindicações.

A Direita sabota e o PC do B... apóia

Estas medidas iniciais são logicamente insuficientes para efetivar modificações profundas. Tratam-se tão somente de atitudes democráticas e de moralização da administração. Apenas começam a tocar nos interesses dos privilegiados. Mas foi o que bastou: a histeria, aliás, típica das classes dominantes brasileiras, não cessa. Editoriais de jornais passaram a vociferar dia após dia. Denuncia-se a prefeita que apóia as greves em lugar de contê-las. Salvo algumas exceções vereadores e deputados do PMDB, do PFL, do PDS, não dão descanso, chegando a ameaçar com intervenção. A intenção é visível: intimidar, sabotar, im-

pedir a realização de uma experiência nova e avançada. Nisto tudo há que se falar do papel do Partido Comunista do Brasil que, como se sabe, autoproclama-se a vanguarda da classe operária do Brasil! Pois bem, o PCdoB aliou-se aos coronéis e decidiu fazer oposição sistemática à Maria Luiza.

Na greve do funcionalismo por exemplo, sua atuação foi muito ilustrativa. Antes da posse de Maria Luiza, o PCdoB era contra a greve, porque esta estaria sendo manipulada pelo PT. Depois passou a defendê-la a fim de desgastar a nova administração. O tiro saiu pela culatra: Maria Luiza reconheceu a justiça da reivindicação, os servidores apoiaram a campanha pelos 500 bilhões e mantiveram os serviços essenciais em funcionamento por decisão própria. Então o PCdoB passou a denunciar a greve como tentativas de instabilizar o governo Sarney. Este é só um exemplo, mas significativo do lodaçal onde se meteu o PCdoB como do que vai desenvolver em torno da prefeitura.

Solidariedade

Na verdade a prefeitura de Fortaleza se constituiu em um agudo pedregulho no sapato da Nova República. A vitória de Maria Luiza e do PT transcendeu em muito as fronteiras do Ceará, abalando o projeto de transição "democrática". Algo mais que uma experiência da prefeitura do PT está em jogo. Guardadas as proporções, pode-se dizer que o que está em jogo é também todo um projeto político de oposição à Nova República; a construção de uma alternativa operária e popular no caminho das transformações revolucionárias. A burguesia sabe disto. E quer destruir este projeto. Aos que se indignam com a exploração e a opressão, só lhes cabe uma tarefa: a solidariedade.

Disse alguém: "o povo de Fortaleza adquiriu legitimamente o direito de cultivar a esperança". A esperança dele é a nossa. De avançar, cada vez mais, em todo lugar.

Duas ou três coisas que devemos saber sobre salário e inflação

José Carlos Bahia

O debate a respeito da política salarial alcançou grande destaque nos últimos meses. É um debate no qual estão interessadas todas as forças presentes no atual quadro político, além de envolver complexas questões teóricas ligadas ao entendimento dos aspectos essenciais da dinâmica do capitalismo.

Em vista de tudo isto, é conveniente dividir a discussão do tema em duas partes. Uma, seria mais propriamente "técnica" ou "teórica", buscando esclarecer os nexos entre salário e inflação. Outra, seria relacionar o problema com o movimento político atual. Iniciemos por uma breve recapitulação histórica.

A teoria neoclássica

Os teóricos conhecidos como neoclássicos surgiram no último quartel do século XIX, no bojo de uma contra-ofensiva ideológica contra o marxismo. Marx partia dos conceitos essenciais afirmados pelos economistas burgueses clássicos (especialmente Adam Smith e Ricardo), realizando uma crítica rigorosa de seu pensamento (a "crítica da economia política"). O conceito de que o valor das mercadorias decorre do trabalho nelas contido foi a origem da descoberta da mais-valia e de todo o mecanismo da acumulação capitalista.

Os economistas burgueses, porém, foram obrigados a abandonar seus clássicos e criar um novo corpo teórico a partir do conceito de valor utilizado. Segundo eles, cada mercadoria, cada objeto, tem valor a partir da utilidade que apresenta para o consumidor. Desaparece assim o papel fundamental do trabalho e desloca-se a discussão do plano objetivo (trabalho contido na mercadoria) para o plano subjetivo (a utilidade para cada consumidor individual).

Mais importante ainda, para o que nos interessa, a teoria neoclássica parte do pressuposto de que o capitalismo tende por si mesmo a um comportamento harmonioso. Segundo eles, o sistema tenderia sempre ao equilíbrio, não havendo espaço para crises, a não ser crises localizadas e passageiras, decorrentes das preferências dos consumidores por este ou aquele produto.

Os salários seriam então regulados desta forma. Suponha-se que os trabalhadores conseguissem salários mais altos, os capitalistas iriam despedi-los, utilizando então mais máquinas. Se aceitassem salários mais baixos, voltariam a trabalhar. Por outro lado, se as pessoas passassem a consumir demais, não sobraria dinheiro para ser poupado. Não havendo poupan-

ça para que os capitalistas pudessem investir, deveriam pagar juros mais altos pela poupança escassa. Os juros mais altos fariam com que as pessoas poupassem mais, e tudo voltaria ao normal.

Tudo se passaria de forma simples e aparentemente lógica. Só que o mundo real é outro. Nenhum capitalista pode substituir operários por máquinas e vice-versa, ao sabor das variações de salários.

Ainda as teorias

Para os neoclássicos, não há inflação quando a demanda supera a oferta. E se o governo emitir moeda para gastos sociais haverá inflação.

No auge da crise dos anos 30, os governos, seguindo estas teorias cortavam ainda mais seus gastos, aprofundando a crise. Em dois países com sistemas políticos diferentes acabaram surgindo soluções originais. Na Alemanha nazista e nos EUA de Roosevelt (política do "New Deal"), o governo passou a gastar maciçamente em armas e em obras, o que levou à superação da crise.

Esta presença reguladora do Estado na economia foi uma constante em todo o pós-guerra. Hoje é fortemente contestada por uma contra-ofensiva dos neoclássicos, em especial daqueles conhecidos como monetaristas. Segundo eles, é a forte presença do Estado que gera inflação, pois este gasta demais e tem que emitir moeda para financiar estes gastos.

O papel dos monopólios

Ao contrário dos monetaristas e demais neoclássicos, as teorias de inspiração keynesiana e marxista tem chamado a atenção para o papel dos monopólios no processo inflacionário das economias

capitalistas modernas. As empresas monopolistas são aquelas que detêm o que se chama de poder de mercado. No capitalismo concorrencial, prevalecente no século passado, nenhuma empresa tinha capacidade de, sozinha, alterar as condições do mercado em que operava. Os monopólios, ao contrário, por deterem parcelas muito expressivas do mercado, podem determinar as condições de preço, quantidade e comercialização. Os monopólios possuem, em graus variados, as condições de determinar eles mesmos os preços de seus produtos. Pelo seu poder de mercado, fixam o preço de venda a partir dos custos de produção mais uma margem de lucro que ele julga interessante. Assim, os monopólios conseguem proteger seus lucros. E mais, quando caem as vendas nos momentos de crise, os monopólios procuram elevar os preços para proteger os lucros globais através de um lucro maior por unidade vendida. Desta forma, constituem um importante fator de pressão inflacionária.

Processo à brasileira

Toda esta longa explanação teve por objetivo dar uma panorâmica dos problemas envolvidos na discussão sobre salários e inflação. Como vimos, estes problemas remetem diretamente às questões essenciais da dinâmica do capitalismo.

No caso brasileiro, todos estes problemas são amplificados pelas peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo no país. Além de ser um processo recente e ocorrido com forte entrelaçamento do imperialismo, cristalizou-se no país um processo inflacionário crônico. Este processo deveu-se em parte à incapacidade financeira do Estado para atender às múltiplas demandas do capital privado, generalizando a emissão sistemática de moeda. Além disto, tornou-se uma forma

de transferência de renda importante, correndo os salários em benefício do capital. Acrescente-se ainda a existência dos mecanismos de indexação, cujos efeitos são de avaliação difícil.

Toda esta complexidade no campo teórico mostra a fragilidade do argumento de que a inflação vai explodir se os aumentos salariais vierem.

O debate atual

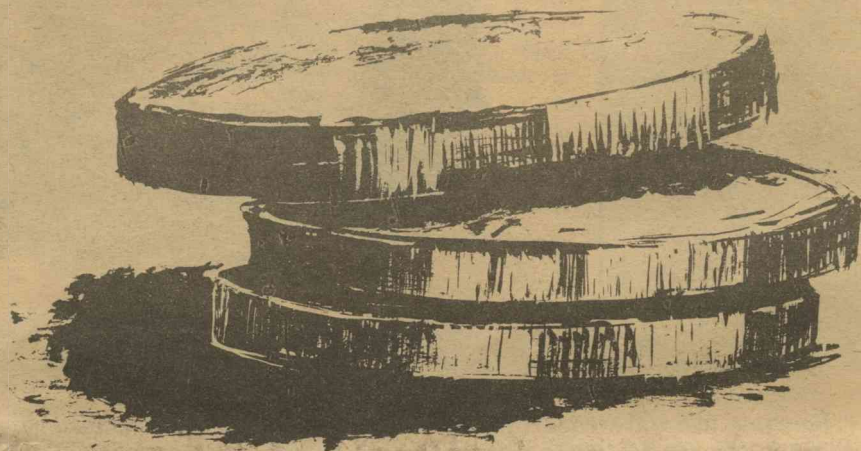
O que os sindicatos reivindicam hoje é trimestralidade e reposição das perdas passadas, com aumentos acima da inflação. Nos dois casos, o que se quer é o aumento real de salários. A trimestralidade encurta o prazo de reajuste e com isto reduz a deterioração dos salários. O aumento acima da inflação procura repor o que os diversos tipos de arrocho tiraram nos últimos anos.

Os argumentos contrários são basicamente dois. O primeiro foi praticamente abandonado por ser absurdo demais: o de que o aumento de demanda explodiria os preços. Como há capacidade ociosa na quase totalidade dos setores da economia, o aumento da demanda pode simplesmente aumentar a produção. Além disto, no Brasil a inflação tende a ser menor no momento de maior crescimento econômico.

O outro argumento, apresentado com insistência, é o de que os aumentos seriam repassados aos preços, elevando a inflação. Como vimos, é uma possibilidade real, mas não absoluta. O poder de mercado dos monopólios não é absoluto. Nem todos ganham ou perdem do mesmo jeito com aumento de salários, depende do tipo de produto que comercializam e do grau de concorrência em cada setor. O aumento das vendas pode significar inclusive um rápido aumento dos lucros, superior ao crescimento dos gastos com salários.

Argumentar que qualquer aumento de salários será automaticamente repassado aos preços é confessar a incapacidade da política econômica de fazer qualquer coisa com que não concordem os monopólios. Assim, o pacote de medidas para aumentar a arrecadação fiscal seria ainda mais inflacionário do que a trimestralidade, posto que o aumento dos impostos seria repassado aos preços. E mais, qualquer política antiinflacionária seria impossível, se os capitalistas ganham com a corrosão dos salários pela inflação, não irão concordar em perder este ganho adicional.

Tudo isto permite reforçar a tese de que os salários não são inflacionários. Podem provocar mais inflação, é verdade, mas não por si mesmos, e sim pelo poder que detêm os monopólios.





AMANHÃ



AMANHÃ



AMANHÃ



AMANHÃ



AMANHÃ

Assine:

Desejo receber uma Assinatura do Jornal Fazendo o Amanhã. Para tanto estou enviando pelo Correio juntamente com este cupom um CHEQUE NOMINAL ou VALE POSTAL para a Agência Bela Vista em nome da Editora Outubro Ltda. Rua Santo Antônio, 446 - Conj. 91 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01314 - Tel. 324685, segundo a seguinte opção:

- Anual (12 números) 60.000
- Anual Especial de Apoio 1... .200.000
- Semestral (06 números) 30.000
- Anual Especial de Apoio 2... 100.000

A PARTIR DO NÚMERO

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado:

CEP: Tel.: Profissão:



A estratégia dos banqueiros face aos países devedores

Otto Alcides Ohlweiler

Desde seus primórdios, o modo de produção capitalista exhibe uma dupla tendência. Ao mesmo tempo que se reproduz ampliadamente na formação social onde surge e se torna dominante, ele projeta sua expansão para além das fronteiras originais destruindo as formas pré-capitalistas de produção. Desde o início, as economias capitalistas nacionais recorreram ao comércio exterior para se aprovisionarem de matérias-primas e alimentos, vendendo em troca produtos manufaturados. Esse intercâmbio não afeta imediatamente as relações de produção pré-capitalistas vigentes na periferia. Na etapa do capitalismo monopolista, entretanto, o aspecto predominante, no que concerne à expansão do modo de produção capitalista para o exterior, passa a ser a exportação de capitais em relação à exportação de mercadorias. Hoje, as relações econômicas em escala mundial não se cingem a simples fluxos de mercadorias e capitais. A especificidade da atual fase do capitalismo monopolista é a mundialização da economia com base na internacionalização do capital. Não se trata apenas de uma maior dependência recíproca das economias industrializadas entre si e destas com as periféricas. As economias centrais já não se limitam a

vender no exterior parte de sua produção interna, que era antes o modo como a mais-valia gerada no país exportador de mercadorias se realizava no país importador. Com a exportação de capitais a partir dos países centrais para os periféricos, expandem-se nestes últimos as relações de produção capitalistas, pois, então, a mais-valia passa a ser gerada localmente na periferia. Agora, no contexto da mundialização da economia baseada na internacionalização do capital, os países capitalistas avançados passaram a deslocar parte de seus aparelhos produtivos desde os próprios espaços nacionais para os de outras economias desenvolvidas ou para a periferia menos desenvolvida. A exportação de capital neste último caso significa a exportação acelerada das relações sociais capitalistas.

Novo enfoque

A internacionalização do capital, no sentido da transferência do local de criação da mais-valia é, na atual fase do capitalismo monopolista, o resultado da movimentação do capital na direção da

maior lucratividade dos investimentos. Esse movimento desloca o processo produtivo para onde são menores os custos de produção e, portanto, maiores as taxas de lucro. A transferência do lugar de geração de mais-valia, desde os países centrais aos da periferia, coloca a articulação entre as formações sociais no plano mundial sob um novo enfoque. O deslocamento em questão implica a difusão em escala planetária das relações de produção capitalistas, isto é, a internacionalização do capital. O desigual desenvolvimento das economias, ao estabelecer uma escala diferencial das taxas de mais-valia, é que impulsiona a internacionalização do processo produtivo. A nova divisão internacional capitalista do trabalho é exatamente calcada na transferência do lugar de criação da mais-valia em função da existência de diferentes taxas de mais-valia. Esta é a dinâmica do capital que está na raiz do processo de mundialização da economia.

É, pois, nos marcos da internacionalização do capital e da mundialização da economia que se deve equacionar e analisar o significado da atual crise estrutural do capitalismo em suas variadas formas de manifestação. No contexto dessa crise avulta em importância a questão do endividamento dos países do Terceiro Mundo, particularmente os da América Latina entre os quais se encontram os maiores devedores. Em relação a esse problema — como de resto em relação à crise estrutural como um todo — esboça-se uma verdadeira estratégia burguesa para a superação da crise, contra a qual o movimento operário mundial tem de opor uma estratégia revolucionária de superação da própria ordem burguesa.

Fidel Castro

Recentemente, ganharam certa notoriedade as declarações que Fidel Castro vem fazendo a respeito do endividamento do Terceiro Mundo, como as que foram expostas a um grupo de jornalistas em Havana e publicadas na revista *Cadernos do Terceiro Mundo* (n.º 81). Partindo da premissa de que “mesmo as mudanças revolucionárias não resolveriam grande coisa” no que concerne às possibilidades do desenvolvimento econômico, Fidel propõe o lançamento de “uma campanha pelo cancelamento da dívida, por uma Nova Ordem Econômica Internacional e pela integração latino-americana”. O Plano Fidel conclama a que o conjunto

dos “cem países mais pobres deste mundo”, “se una e trave essa batalha” no sentido de suspender o pagamento da dívida externa através de “uma greve geral dos devedores”. A advertência a fazer-se é que o plano fideleano pode transformar-se num grande equívoco histórico na medida em que não se leve na devida conta que os países endividados são governados por burguesias locais associadas ao grande capital estrangeiro e que os banqueiros internacionais estão elaborando toda uma estratégia para enfrentar os problemas do endividamento com o apoio das burguesias dos países devedores. De um ponto de vista revolucionário, o importante a considerar é que a mundialização da economia, baseada na internacionalização do capital, ao mesmo tempo que torna inviável um desenvolvimento capitalista independente no Terceiro Mundo, também está criando uma divisão internacional do trabalho que integra os países em desenvolvimento sob a égide do capital num sistema global



que a dialética da história oferece como uma premissa da revolução proletária mundial. Na verdade, a campanha pelo cancelamento da dívida tem de ser vista como parte inseparável das lutas do movimento operário-popular por uma saída antiburguesa para a crise estrutural da ordem capitalista mundial.

Plano Baker

Vejamos, para finalizar, em que deverá consistir a estratégia do capital financeiro internacional para o enfrentamento da crise da dívida externa dos países dependentes cada vez mais crucial para os banqueiros. Essa estratégia tem por base a concessão de volumosos empréstimos considerados mais “saudáveis”, de modo a integrar ainda mais as burguesias desses países à condição de dependência com relação ao capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, dividir os países devedores. A



Welcome back to the world of international finance: Alfonsin and Volcker

We're in the Money

Argentina: The bankers' new 'golden boy'

estratégia do capital financeiro internacional tornou-se mais evidente na reunião de Seul, celebrada na primeira quinzena de outubro sob os auspícios do FMI e do Banco Mundial. Segundo o Plano Baker, então anunciado, o FMI deverá continuar concedendo empréstimos de curto prazo e monitorar as políticas econômicas dos devedores com vistas a "corrigir" as dificuldades nos respectivos balanços de pagamento. Ao Banco Mundial, afóra os usuais empréstimos para a construção de estradas e outros projetos afins, caberá conceder aos maiores devedores empréstimos de 2,5 a 5 bilhões de dólares ao ano para efeito de "ajustamentos estruturais". O Plano Baker também conclama os bancos comerciais (norte-americanos, europeus e japoneses) a formarem um fundo estimado já em 50 bilhões de dólares a serem aplicados em três anos. Também foi sugerido aos bancos comerciais credores reinvestir de um quarto até metade dos juros a serem recebidos proximamente dos devedores em aplicações controladas pelo Banco Mundial.

O Plano Baker vem suscitando grande excitação entre as burguesias dos países endividados, cada uma mais interessada em engrossar a fatia dos empréstimos acenados e, portanto, na continuação e aprofundamento da estratégia do desenvolvimento capitalista dependente e associado. A única reclamação é contra o que consideram ser a dimensão modesta dos capitais oferecidos pelos banqueiros. É parte da estratégia do capital financeiro socorrer prioritariamente os endividados com maiores potencialidades econômicas e, com isso, consolidar um núcleo de apoio ao reforço da dominação imperialista.

Bomba de tempo

Ao que parece, o Plano Baker pretende desativar a bomba de tempo da dívida externa na América Latina. Em certo momento, era o México que a "comunidade" financeira internacional apontava como paradigma do devedor bem comportado e fiel aplicador do receituário recessivo do FMI, até que finalmente o Presidente de La Madrid confessou o fracasso das políticas de "austeridade" por ele adotadas. Agora, os banqueiros cantam loas à política econômica seguida na Argentina pelo Presidente Alfonsín, com a qual este se promoveu de "enfant terrible" do início de sua administração à condição de "golden boy" dos banqueiros. Não é por menos que, há pouco, Paul Volcker, do Federal Reserve Bank dos Estados Unidos, esteve demoradamente com Alfonsín, não certamente para pescar trutas nos Andes, mas para consertar o retorno da Argentina ao mundo financeiro internacional. Agora, é a

política de Alfonsín que é decantada como paradigmática: Modigliani, laureado prêmio Nobel 1985, já fala extasiado no "novo milagre argentino". Na verdade, esse milagre é reduzido às suas devidas proporções por analistas econômicos da revista *Newsweek* (9/12/1985), assim: "Os homens de negócio querem um fim aos controles de preços. As uniões (trabalhistas) estão mais uma vez se movimentando em favor de aumentos dos salários. E ainda que a inflação tenha caído, os salários reais decresceram a um terço desde janeiro e os trabalhadores continuam perdendo poder de compra". Os mesmos analistas informam que o Plano Austral 1 vai ser em breve "temperado" com a edição do Plano Austral 2, cujos pontos essenciais seriam: a abertura da Argentina a mais investimento externo, a liberalização do sistema financeiro do país aos bancos estrangeiros e a privatização das empresas estatais.

Não ao pacto

Os fatos parecem, portanto, demonstrar que a estratégia do capital financeiro internacional com relação aos países endividados é realizar nestes, a começar pelos que apresentam maiores potencialidades econômicas e se mostram mais dóceis às exigências dos banqueiros, investimentos substanciais em troca da adoção de políticas econômicas que limitem as restrições comerciais, encorajem a privatização das empresas estatais e promovam a livre competição no mercado. A Argentina converteu-se na menina dos olhos dos banqueiros na América Latina, mas a palavra derradeira à política econômica de associação da burguesia local ao capital estrangeiro poderá vir a ser dada, em última instância, pela classe operária que certamente não se curvará inerte àquela política que traz implícita a superexploração do trabalho. No Brasil, o Ministro Funaro, quando recentemente voltava de Montevidéu, anunciou-se favorável à adoção de uma terapia de choque baseada na contenção dos salários (possível através da coerção e da persuasão) e dos preços (sabidamente ineficaz). Mas, aparentemente, ele não teve logo, por não oportuno ainda, o aval da cúpula governamental de que carecia. Essa cúpula sabe perfeitamente que a nossa classe operária não está disposta a deixar-se enganar indefinidamente. O Ministro Pazzianoto de novo tentará urdir, com o apoio dos pelegos sindicais, dos reformistas e dos comunistas "domesticados" a imobilização política e ideológica dos trabalhadores para que estes se disponham a pagar o ônus das políticas de "austeridade". Não ao pacto social é, pois, a palavra de ordem contra a política econômica que a burguesia associada ao capital estrangeiro vai tentar implementar novamente. Não à política econômica de saída burguesa à crise montada na superexploração do trabalho!



A denúncia dos torturadores, a exigência de sua punição e o esclarecimento acerca dos mortos e desaparecidos: este é o tripé onde se assenta o programa do grupo "Tortura Nunca Mais", criado em maio do ano passado no Rio de Janeiro. Flora Abreu, presidente do Grupo, fala do que já foi alcançado, das dificuldades políticas e dos projetos para 1986.

A Nova República é avalista da impunidade

Como começou...

Flora Abreu: O grupo "Tortura Nunca Mais" foi criado no Rio de Janeiro em 1985. Ainda não completamos um ano, em maio faremos aniversário. No início ficou restrito apenas às atividades de alguns, porém, atualmente esta fase já foi ultrapassada e está em organização em várias cidades: Belo Horizonte, Goiânia, Recife, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, etc. Ainda assim, por enquanto, só no Rio ele existe como pessoa jurídica. Vamos nos organizar ainda mais, realizando atividades que juntamente com a denúncia e a ação política externa, também sirvam para consolidar nosso trabalho internamente. Realizaremos campanhas sobre os três pontos básicos que unificam o movimento: denúncia dos torturadores, exigência de sua punição e o esclarecimento acerca dos mortos e desaparecidos.

Até o momento realizamos dois trabalhos básicos: o Seminário "Tortura Nunca Mais", do qual participaram personalidades políticas e do mundo jurídico de todo o país, e o levantamento dos casos de tortura. Este trabalho continua sendo feito e, a medida que comprovamos as denúncias recebidas, as apresentamos no Conselho de Segurança, Defesa Pública e Direitos Humanos. O Grupo é formado por ex-presos políticos, por familiares de desaparecidos e por cidadãos amantes da justiça, da liberdade e dos direitos humanos.

O que já foi apurado?

Flora: Muita coisa. Nós procuramos as pessoas para depor e depois exigimos o pronunciamento das autoridades frente aos casos concretos. Até o momento só há promessas, apesar de já existirem várias denúncias.

Vocês conseguiriam alguma coisa, por exemplo, no caso de Paulo Stuart Wright? Existem indicações e suspeitas de que seu desaparecimento teria sido ordenado pelo próprio Coronel Ustra?

Flora: Por enquanto não há nada de concreto. Estamos pesquisando, mas ainda não temos nada conclusivo. Qual é o projeto do movimento a fim de colocar os torturadores no banco dos réus?

Flora: Queremos os nomes de todos os

que participaram da tortura, de forma aberta ou velada, queremos o esclarecimento de todas as mortes e desaparecimentos. Quanto ao grau de punição isto dependerá do movimento. Contudo, isto não é o mais importante agora. Neste momento o que está na ordem do dia é o julgamento e a punição. Não podemos sequer pensar na "quantidade" da pena quando todos os torturadores ainda estão por aí, livre e impunes. Em primeiro lugar, exigimos o afastamento dos cargos públicos e de confiança. Mas não imaginem que pararemos aí. Queremos abrir os processos jurídicos de todos os casos. Não queremos deixar nada na sombra. Quem torturou tem que pagar, doa a quem doer. O Fleury, por exemplo, já morreu, mas nem por isto deixaremos no esquecimento. É necessário elucidar tudo.

A Nova República está praticamente completando um ano, o movimento já pode testá-la: quais são as expectativas?

Flora: São as piores possíveis. Não acreditamos na Nova República que, apesar de todos os discursos, nada tem tentado apurar e quer botar uma pedra em cima de tudo. A Nova República é avalista da impunidade. Para se ter uma idéia, em julho do ano passado, pedimos uma audiência ao Ministro da Justiça, Fernando Lyra: até agora nada. Você acha que quem age assim está disposto a realizar alguma coisa?

Qual é a realidade da repressão hoje no Brasil?

Flora: Ela se mantém sob novas formas. Aos opositores do regime, os métodos são o desemprego, o enquadramento na Lei de Imprensa ou na LSN. A tortura e o assassinato sobrevivem no campo contra posseiros e camponeses que lutam pela posse da terra. Os instrumentos usados contra os presos políticos são agora usados contra os presos comuns. No Rio Grande do Sul e em São Paulo foram identificados torturadores de presos políticos realizando torturas em presos comuns. Como se pode ver eles estão prontos para voltar às suas tarefas. E isto é inaceitável. É necessário passar esta história a limpo. Caso contrário, mantendo-a na impunidade, estaremos abrindo as portas para que no futuro recomece tudo outra vez.



Comunistas

Revolucionário ou burocrata?

Sergio Weigert

"Stalin é demasiado grosseiro, e este defeito perfeitamente tolerável em nosso meio e nas relações entre nós comunistas, se torna intolerável nas funções de Secretário Geral. Portanto, proponho aos camaradas que reflitam sobre a maneira de retirar Stalin deste cargo e nomear outra pessoa que tenha sobre ele uma só vantagem: a de ser mais tolerante, mais leal, mais cortês, e mais atencioso para com os camaradas (...)"

Lênin

Tomo esta parte do testamento de Lênin, propositadamente colocada em epígrafe, à fim de propor uma reflexão e suscitar o debate sobre o significado da grosseria nas relações entre revolucionários comunistas.

Quero dizer de imediato que a grosseria tem um significado mais profundo que não pode ser reduzido a uma mera análise adjetiva, atribuída exclusivamente a características individuais das pessoas e identificada com a brutalidade da linguagem. O tom exasperado e a postura irritada são apenas formas com que se expressa um determinado conteúdo. E são as raízes deste conteúdo que devemos investigar. Caso contrário nossa proposta não poderá ir mais longe, por exemplo, do que sugerir uma escola de etiqueta e boas maneiras. Mas o combate à grosseria nas relações entre os revolucionários comunistas deve ser profundo, como são profundas as causas que a determinam, assim como as conseqüências que gera.

A realidade é uma síntese de múltiplas determinações, nos ensinou Marx. Logo, não é tarefa simples conhecê-la. Há que ter "gana" para desvendá-la juntamente com uma severa paciência para "esfiapar" seus múltiplos laços e perceber o complexo de complexos que a compõem. Ao propormos as hipóteses teóricas temos que passá-las pelo teste da prática. Paralelo ao prazer das descobertas vem o "serviço" de explicitá-las com argumentos e demonstrações. Em resumo, conhecer a realidade implica em um esforço. Não existe um caminho reto e desimpedido, pronto a nos conduzir à essência do mundo. Antes, precisamos realizar um "desvio" na medida mesmo em que a essência não se revela diretamente ao homem. A grosseria se origina de uma tentativa para poupar-se tanto trabalho.

Cansada diante do esforço necessário para apreender a multiplicidade do real, realiza-se um "atalho" e não um "desvio" buscando chegar até a essência. Obviamente, o ponto de chegada desta trajetória não pode ser a apreensão da totalidade do real, mas apenas de uma parte dele. Eis aí como se chega a uma concepção grosseira do mundo: quando se toma a parte pelo todo. Elimina-se a complexidade do todo

e os desafios que, a partir daí são colocados, em favor da simplicidade da parte. Neste movimento, cria-se não a práxis revolucionária, que torna inquieto e crítico o pensamento, mas cria-se a práxis utilitária e é gerado o pensamento vulgar, incapaz de captar a complexa essencialidade do mundo, capaz apenas de apreender o aspecto superficial e a técnica de tratamento das coisas. De uma práxis utilitária que apreende apenas a técnica de tratamento das coisas deriva, quase tautologicamente, o utilitarismo e a manipulação. O primeiro como "filosofia", a segunda como forma de relacionar-se com os homens e com o mundo.

Desta forma pode-se perceber a conexão existente entre a denúncia da grosseria do Secretário Geral feita por Lênin e a situação em que se transformou o Partido Bolchevique após sua morte. Não por acaso o utilitarismo transformou-se na "filosofia do partido". O critério exclusivo da utilidade passou a ser o critério dos critérios, no rastro disto o ativismo cego passou a ser erguido à condição de "ideal de militância". Os complexos problemas teóricos foram deixados de lado porque não tinham a marca registrada da "utilidade imediata". A filosofia foi banida para os confins da Sibéria: suas "elocubrações" distraíam dos problemas práticos. O ranço antiteórico espalhava-se gerando uma desconfiança pelo pensamento e o trabalho científico e pelas atividades do espírito em geral. Tudo que não servisse, de forma imediata, à política do partido, era vilipendiado. Mayakovski foi convocado à escrever poemas sobre a necessidade de racionar carvão e acelerar as obras de saneamento público. Quase toda a atividade intelectual era vítima das resoluções punitivas ou dos sorrisos de ironia. Reivindicar tempo livre para pintar, escrever, esculpir, estudar canto ou filosofia, etc., passou a ser uma heresia. Só o que contava era a implementação mecânica da política do partido, baixada

através das resoluções, que, aliás, quanto menos discutidas fossem, melhor. Os que discordavam e pretendiam abrir os debates recebiam imediatamente a pecha de "vacilantes" e "indecisos", e ponto final. O que deriva de tudo isto, como disse, só pode ser uma relação manipulatória. Homens, idéias, fatos históricos foram desfigurados até a exaustão a fim de caber dentro da "verdade" do partido. No entanto, a era de Stalin não pode nos servir de bode expiatório: estas posturas reproduzem-se, ainda hoje, de forma velada ou explícita nas relações entre comunistas. Elas se originam de uma determinada práxis que "reproduz, no interior do partido, o senso comum, vigente em qualquer organização empresarial burguesa". Explica-se, portanto, que a relação das instâncias de direção com os organismos inferiores do partido se realize através de ordens. Ora, o centralismo democrático não é uma "coisa" que serve para ser "baixado" a fim de submeter os "recalcitrantes". Não é um regulamento militar ou místico diante do qual o militante "crê ou morre". Ao contrário, o centralismo leninista configura-se como a melhor possibilidade de uma relação político-revolucionário. Por isto mesmo não subsome, nem pode subsumir à diversidade das individualidades.



militantes, mas potencializa-as para a realização de determinados objetivos e o cumprimento de certas tarefas. Portanto, a essência do centralismo democrático está, justamente, na persuasão e no convencimento. Longe de ser uma "coisa", o centralismo democrático é uma relação construída a partir do livre consentimento e da livre associação dos indivíduos. É portanto uma relação igualitária, no sentido de que as instâncias de direção não contam com nenhum poder real de coerção sobre os militantes. A sua autoridade é baseada no respeito adquirido. A disciplina portanto não pode ser confundida com um conjunto de regras, mas entendida sempre através do fundamento político que a sustenta.

Aí está por que são a persuasão e o convencimento o núcleo do centralismo de Lênin. Porque, para empenharem-se a fundo na realização de algo, as pessoas precisam estar convencidas, persuadidas, em uma palavra, "ganhas" para o projeto.

Fora desta compreensão o centralismo democrático só pode transformar-se naquilo que é o seu oposto: o centralismo burocrático. Este sim é uma "coisa" a desabar, desde as altas esferas de direção, sobre as aterrorizadas cabeças dos militantes. O esforço em persuadir e convencer é substituído simplesmente pelas "ordens" contidas nas resoluções. Assim como o burocrata toma o lugar do revolucionário.

O burocrata é um indivíduo essencialmente grosseiro. Incapaz de apreender as múltiplas determinações que estão em jogo na realização de um projeto, incapaz, pois, de argumentar e contra-argumentar. A fim de convencer apela para o meio mais simples: "está baixado o centralismo", exclama satisfeito. Sem sequer perceber, talvez, que entre esta sua atitude e a de um capataz qualquer não existe a menor diferença.

Nas relações humanas em geral a grosseria exprime-se diretamente e sem disfarce na brutalidade da linguagem. O conteúdo aí exprime-se puro na forma. Em um partido revolucionário, contudo, a grosseria gerou sua própria linguagem: o chavão. Ele é a melhor expressão de uma visão grosseira. Quem já não bocejou diante de textos sonolentos e chatos, onde determinados conceitos e palavras se repetem infundáveis, gastos e maçantes, porque esvaziados de qualquer poder explicativo? O que se revela aí senão a impotência para captar o sempre renovado espetáculo do mundo, a dialética multiplicidade do real? Mas quem percebe apenas uma fatia desta realidade, na verdade, não precisa mais de dois ou três esquemas para abordá-la. E como esta "fatia" é muito pequena, o recurso à repetição é um derivativo quase natural desta concepção que nada mais tem a dizer, e por isto mesmo, anda em círculos e faz da obviedade o logos de sua "filosofia". É inegável, entretanto, a eficácia do chavão na luta política e ideológica. Em primeiro lugar, ao mesmo tempo que descompromete quem o usa do esforço de fundamentar seus argumentos, estigmatiza as posições contrárias e não esclarece o conteúdo das questões que estão em debate. "Liberais", "pequenos-burgueses", "economicistas", "reformistas", "revisonistas", são alguns dos termos mais empregados. Porém, nesta aparência de uma radical síntese, que necessita apenas de uma fórmula para desnudar toda a complexidade da luta política e ideológica, não há nenhuma grandeza explícita, senão que se esconde uma volumosa mediocridade. A luta de idéias se transforma em uma ciranda sem sentido, onde as rotulações pesam como se fossem argumentos, embora, na verdade, não passem de insultos.

Revela-se aí também uma postura politicamente covarde, pois ao invés de reconhecer honestamente suas limitações, o militante refugia-se na comodidade dos rótulos.

Agora podemos deduzir algumas das consequências produzidas pela grosseria nas relações entre os revolucionários comunistas. Além da conardia política referida acima, e além da manipulação que também já referimos, os militantes tornam-se indivíduos alienados porque vivem apenas em uma dimensão fetichizada do mundo e submersos em uma práxis utilitária. Transformam-se em seres preguiçosos que se bastam com um aspecto superficial do mundo e não se deixam tentar, nem seduzir, pelo sempre renovado espetáculo da realidade. Transformam-se em impostores — pois a intuição lhes sussurra que captaram apenas o que se passa na superfície dos fenômenos, que captaram apenas o que se passa na superfície dos fenômenos — mas pretendem fazer crer aos outros que captaram a essência. Para tanto são obrigados a vestir de cetim suas pobres e esfarrapadas idéias e disfarçar sua insegurança na linguagem irritada dos chavões. A este charlatanismo não falta nem mesmo o sorriso benevolente para quem venha pedir confirmações de suas teses. Não é necessário dizer o quanto um charlatão está distante de um revolucionário. E é em última instância isto que a grosseria faz com os militantes.

Trotsky afirmou que "a grosseria — referia-se apenas à linguagem — é uma herança da escravidão, da humilhação e do desprezo pela dignidade humana, tanto alheia como a própria, exprime uma situação de escravo que não vê esperanças nem saídas". O que pode haver de mais oposto a um revolucionário do que um escravo — aprisionado a uma visão unilateral do mundo, sem percebê-lo de forma universal, com intensidade e com sensibilidade? Não há nada mais antagônico a um revolucionário do que um ser grosserizado, que passa a vida a entreter-se com as duas ou três variáveis que servem para explicar a rotina de seu mundo, impotente diante da complexidade e da multiplicidade da existência em que não vê "esperanças nem saídas" e que exprime esta situação através de chavões e se relaciona com seus camaradas através de "ordens". Nisto não há um revolucionário, mas um reacionário. Aqui sim um pequeno-burguês, no sentido clássico utilizado por Marx, isto é, um pequeno proprietário de pequenas verdades, avaro de seu medíocre tesouro que defende com um zelo digno do melhor filisteu. O revolucionário, em oposição direta ao filisteu, investiga e indaga inquietamente sobre a multiplicidade da realidade, buscando saídas e reconstruindo cotidianamente as esperanças. É por causa disto que Rosa Luxemburgo pôde escrever que "o marxismo é uma concepção revolucionária que luta constantemente para alcançar novos conhecimentos, que detesta, acima de tudo, fórmulas fixas, que conserva sua força viva e criadora no choque espiritual de armas da própria crítica e sobre os raios e troncos históricos."

Portanto, para que se construa efetivamente o partido revolucionário, é fundamental não se perder de vista esta afirmação de Rosa. Ela destrói a fixidez das fórmulas, indica a necessidade de extirpar a grosseria como visão de mundo, cortando uma das mais sólidas raízes do burocratismo e da mediocridade. A partir daí pode-se pensar a realização de uma práxis revolucionária onde a frase preferida do filósofo — nada do que é humano me é estranho — seja um fecundo e instigante lugar comum.



Os caminhos do movimento

Que tarefas cabem ao movimento sindical enfrentar nesta nova etapa que se abre em 1986? O ano que passou foi marcado pelas lições extraídas das greves metalúrgicas em São Paulo, onde prevaleceu a tática da "vaca brava", e pela greve nacional dos bancários em setembro.

A tática da "vaca brava", como se sabe, impediu a unificação do movimento, servindo apenas para demonstrar sua debilidade e, na sua negatividade, chamar atenção para buscar novos rumos. A greve nacional dos bancários, em que pese as valiações contraditórias que ainda são feitas, e a campanha salarial unificada dos químicos, plásticos, metalúrgicos e de outras categorias de São Paulo, são alguns indicativos destes novos rumos. Rumos políticos inicialmente decididos pela CUT de São Paulo, e logo encampados pela CUT nacional. Ao invés da fragmentariedade e da "solidão" da luta reivindicatória propiciada pela "vaca brava", a unificação do movimento em torno das reivindicações salariais, contribuiu para a superação do corporativismo, opondo-se à proposta de pacto social, orquestrada pelo Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Além disto, a CUT assumiu uma tática de formar alianças com as lideranças sindicais pertencentes ao CONCLAT que se fundamentou na mobilização das bases dos sindicatos hegemônicos por aquelas lideranças, disputando com elas a capacidade de polarização da categoria. Literalmente os pelegos tremaram e temeram pelas

bases.

A plenária nacional da CUT constatou o desgaste da Nova República e avaliou que o governo já se desmascarou para a maioria dos setores operários. Pazzianotto já não convence as lideranças sindicais mais experientes e, rapidamente, perde crédito mesmo entre os "novatos". A proposta de pacto social, apesar de ter mudado de nome várias vezes continua no mesmo pé: sob desconfiança generalizada e sem conseguir, até o momento, produzir algum fruto.

Para fortalecer-se, a CUT necessita continuar combatendo a política econômica da Nova República e o pacto social. A partir do primeiro trimestre deste ano, onde se prevêem novas mobilizações sindicais e novas greves, em função da realização de dissídios coletivos de várias categorias, a Central Única deve buscar a articulação das bases sindicais e orientar sua política para negociações diretas com o governo.

Essas ações têm importância fundamental para a preparação da greve geral, que, por sua vez, não pode ser identificada apenas com a unificação sindical, reivindicatória das diversas categorias, importando-lhe um nítido conteúdo contra a política econômica da Nova República, tendo por base a plataforma de reivindicações da classe operária e dos trabalhadores em geral, conjugar, neste processo, as lutas reivindicatórias de caráter propriamente econômico com as grandes questões que, sem dúvida, estarão presentes no quadro político nacional.

Marxismo, filosofia profana

Adelmo Genro Filho

Quando Castoriadis afirma que deixou de ser marxista para continuar sendo revolucionário, podemos discordar dele. Mas devemos reconhecer que ele está respondendo, embora de modo negativo, a uma questão que se coloca seriamente para todos os marxistas que não perderam o hábito da reflexão.

Como conciliar o marxismo com Marx, isto é, a dialética com o sistema? Até que ponto pode-se acrescentar, desenvolver e "corrigir" as teses defendidas por Marx e Engels há mais de um século em nome dos próprios autores? Enfim, qual a substância, quais os limites da concepção geral que a dialética marxista não pode ultrapassar sob pena de trair a si mesma?

O conhecimento humano, evidentemente, não parou neste últimos cem anos. As ciências sociais avançaram e especialmente sob o influxo do próprio marxismo. As ciências naturais deram um salto gigantesco. Mas nem tudo nesse desenvolvimento global veio apenas "reafirmar" as teses marxistas ou exigir simplesmente sua "atualização".

A tentativa de Lukács para encontrar uma solução que conciliasse o compromisso do marxismo com a dialética e, ao mesmo tempo, com sua identidade enquanto concepção, já foi sobejamente refutada. Entre outros, pelo próprio Lukács.

Este ponto de vista está expresso no seu livro *História e Consciência de Classe* onde ele diz que o permanente é o método na concepção de Marx, sendo que tudo o mais estaria sujeito a revisão. Porém, no seu ensaio *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*, Lukács denuncia que o marxismo até hoje raramente foi entendido como ontologia. E acrescenta que o elemento filosófico fundante da contribuição de Marx foi ter proposto, em linhas gerais, uma "ontologia histórico-materialista", superando teórica e praticamente o idealismo lógico-ontológico de Hegel. Ora, se o marxismo

é uma filosofia que superou outra filosofia, quer dizer, se se trata de uma concepção que envolve um pressuposto totalizante, não pode ser reduzido a um método. Não pode ser tratado como mera epistemologia: categorias e leis que normatizam e qualificam o pensamento científico, abstendo-se de tratar a realidade em si mesma. Além do mais, o método está necessariamente ligado a uma visão global do mundo e é tão histórico quanto ela. Quando um se move, o outro não pode ficar estático.

Em geral, duas respostas têm sido oferecidas a essa questão da historicidade/permanência do marxismo. Uma delas considera que Marx fundou "uma nova ciência" e — para citar o caso de Althusser — joga o "último Marx", devidamente unguido de maturidade científica, contra os demais períodos de sua própria biografia, reputando-os simplesmente como "pré-marxistas". Sem dúvida, uma solução elegantemente acadêmica. O "objetivismo metodológico" torna-se, desse modo, a dimensão permanente da concepção. O marxismo, por linhas certas, realiza o ideal de Comte e se integra ao espírito sem paixões das ciências naturais. E toma-se, em seus fundamentos não-filosóficos, uma disciplina científica batizada com nome de seu fundador. Nesse sentido, uma disciplina igual a si mesma para sempre, ou pelo menos, enquanto existir seu objeto: a sociedade.

A outra resposta considera o marxismo como uma filosofia tradicional, um sistema fechado capaz de explicar o mundo de um só golpe, procurando tergiversar sobre aquelas passagens dos escritos de Marx e Engels que proclamam a morte da filosofia, seja pela sua "realização", seja pela sua "dissolução nas ciências positivas" enquanto filosofia propriamente dita, restando somente uma epistemologia.

O problema fundamental, em qualquer das respostas oferecidas, é que se pretende abolir o desenvolvimento contraditório do marxismo, ou seja, a historicidade concreta que se manifesta desde a sua gênese enquanto concepção. Alguns querem fazê-lo suprimindo a dimensão ontológica, isto é, o caráter filosófico do marxismo, que é inerente a qualquer visão global sobre o homem e o mundo. Outros, não querem admitir que o marxismo superou todas as filosofias anteriores, num sentido muito semelhante ao da modéstia, pois reconhece que não é possível explicar exhaustivamente a totalidade do mundo. Por mais engenhoso e complexo que seja um sistema de idéias gerais sobre o universo e o homem, jamais poderá ser definitivo. Assim como este mundo não se deixa dominar através de uma única investida prática, pois vai se dobrando aos homens ao longo dos milênios, também a verdade não pode revelar a intimidade do real pela transparência ou pelo brilho de um único e definitivo sistema de categorias. Portanto, antes de mais nada, é preciso resguardar a historicidade do marxismo e, por outro lado, afirmar que, num sentido muito importante, ele continua sendo uma filosofia, embora sem as pretensões ingênuas de a-historicidade que perpassam todas as filosofias anteriores.

Assim, diante da questão: "Como ser marxista sem negar uma dimensão

ontológica que qualifique a concepção e, por outro lado, sem recusar a historicidade e a transitoriedade das formulações concretas da teoria?", há uma pergunta precedente: O que é, afinal, o marxismo? Ela é anterior a tudo e não comporta uma resposta neutra, já que respondê-la é colocar as premissas mais gerais da discussão que está posta aqui. Há, certamente, mais de uma resposta possível. Toda a filosofia (e todo o conceito) tem uma determinada margem de ambigüidade, pois é parte de um saber sempre incompleto que se processa de modo permanente. Aquilo que se disser de uma filosofia, de uma teoria, de um conceito ou de uma idéia, de algum modo, continua a produzi-la.

Por isso, não existe um Marx "puro", intocado em sua verdade, que sobrevive numa altivez passiva frente a todas as interpretações, tergiversações e distorções. O que foi feito do marxismo por Stalin e seus seguidores, por Trotsky, pelos social-democratas, eurocomunistas e afins, não pode ser simplesmente abolido para que voltemos indiferentes ao lume que está no ponto de partida. Uma interpretação que potencialize o espírito revolucionário do marxismo em cada época histórica não é uma "revelação" que nasce da leitura "autêntica" das fontes. Somente os textos sagrados possuem a qualidade ímpar de manter inalterado o sentido original de suas verdades, que são reveladas através da hermenêutica. Os textos profanos, entre os quais o marxismo, exigem uma interpretação que implica inevitavelmente na **reconstrução** do sentido.

Essa reconstrução passa pelo entendimento de que Marx significa o ponto nodal de uma grande ruptura histórica e filosófica que se estende por toda uma época. Não se trata do autor de um sistema de idéias que contém e explica exhaustivamente todas as determinações desse período e responde de antemão às perguntas que nascem desse processo. Tampouco, de um cientista que teria apenas fundado uma nova disciplina, um novo "continente do saber". O primeiro é muito, o segundo é pouco.

A substância do marxismo, portanto, é o próprio movimento político e filosófico que se inicia com Marx e Engels, à medida que eles delinearam — pela primeira vez na história — um conceito materialista de práxis. Um conceito que iluminou as conquistas teóricas imprescindíveis não só de Marx e Engels, como de Lênin e de outros de menor envergadura. Mas a compreensão do homem como ser "prático-crítico", que está na base da categoria de práxis, tomada em seu conteúdo materialista, propõe, por si mesma, uma reavaliação e reconstrução constante das formulações teóricas a que dá origem, sem excluir aquelas dos próprios autores considerados fundadores ou clássicos. E sem excluir desse processo dialético, igualmente, o aprofundamento, pela riqueza das determinações históricas, a própria categoria axial e permanente durante esse longo período, a saber, a **praxis**.

É essa categoria, ainda, que nos fornece os critérios para indicar o duplo aspecto da persistência do marxismo, sem negar sua historicidade essencial, já que



essa negação seria uma traição elementar aos seus pressupostos dialético-materialistas. O primeiro, é o significado histórico-concreto, o caráter revolucionário do marxismo ao se opor frontalmente à ditadura que o capital exerce sobre a humanidade, conclamando os explorados e oprimidos a destruir praticamente o atual estado de coisas. É nos limites dessa **praxis** que o marxismo configura sua existência e a permanência de seu projeto histórico. Quando em 1860, respondendo a um questionário a pedido de sua filha Jenny e Laura, Marx disse que sua frase preferida era "Nada do que é humano me é estranho", ele indicava metaforicamente a amplitude efetiva de um humanismo que, antes, jamais havia transposto os umbrais da generalização abstrata.

O outro significado, que diz respeito à persistência do marxismo, é a própria dimensão teórica do conceito de **praxis**, a qual está situada no interior da época histórica concretamente considerada. O marxismo é, no plano das idéias, um movimento de construção teórica presidido pela categoria de práxis, sendo enriquecido por ela e enriquecendo-a progressivamente.

Enfim, o marxismo situa-se não de modo supra-histórico, mas dentro da história. Trata-se de um movimento teórico que procura explicar e constituir um **movimento** prático, que tem um ponto de partida (Marx), envolvendo um projeto e determinadas premissas (em torno do conceito de **praxis**) de alcance ontológico. Ser marxista, em consequência, não implica hoje em deixar de ser revolucionário, como pretende Castoriadis, mas exatamente em situar-se nesse movimento crítico das idéias para ser revolucionário no duplo sentido indicado: teórico e prático. Logo, para ser marxista, a primeira condição é perceber todo o existente como algo profano. Inclusive os clássicos. Pois se essa postura trabalha na dimensão da transitoriedade histórica da concepção, é também o único caminho para realizá-la.

